



PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

TIPO DE MATÉRIA: PROJETO DE LEI Nº 52/2022.

EMENTA: Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 2.463, de 22 de junho de 2005, que disciplinou o exercício do comércio ambulante em logradouros e vias públicas no Município de Pato Branco.

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 04/05/2022.

RELATOR: Romulo Faggion - União Brasil.

I - RELATÓRIO E ANÁLISE

Através do Projeto de Lei nº 52/2022, o Poder Executivo, tem como objetivo alterar e acrescentar dispositivos à Lei nº 2.463, de 22 de junho de 2005, que disciplinou o exercício do comércio ambulante em logradouros e vias públicas no Município de Pato Branco.

Na justificativa, esclarece que, desde 2005, quando foi editada a referida norma, o Setor de Tributação e Fiscalização Municipal encontra dificuldades para fiscalizar o comércio ambulante no Município, considerando que a Lei não abrange todos os aspectos necessários, o que acaba impedindo, inclusive, a liberação das licenças aos vendedores ambulantes para o início das atividades.

Assim, o presente Projeto de Lei, de modo geral, altera a Lei nº 2.463, de 2005, para estabelecer os documentos necessários para o cadastro do vendedor ambulante junto ao Município; autorizar o exercício de mais de uma atividade por vendedor ambulante, com algumas condições a serem observadas; tornar obrigatória a atualização periódica do cadastro do vendedor junto ao Município, para fins de controle e fiscalização por parte do Fisco Municipal; e estabelecer as medidas a serem tomadas nos casos de ausência injustificada do vendedor ambulante ao ponto de trabalho onde obteve a licença.

Destacam ainda que a minuta das alterações foi elaborada em conjunto pelo Setor de Tributação e Fiscalização e pelo Departamento Municipal de Trânsito – Depatran, os quais atuam diretamente na fiscalização do comércio ambulante no Município.

Em análise aos dispositivos que sofreram modificações, chamou atenção deste relator a redação do inciso VII, artigo 13º, o qual dispõem que para emissão do





licenciamento, se faz necessário a apresentação do certificado de Curso de Manipulação de Alimentos, para pontos de venda de produtos alimentícios.

Diante disto, foi encaminhado o Requerimento de nº 479/2022, a vigilância sanitária solicitando manifestação técnica a cerca da inclusão dos novos dispositivos os quais contém maiores exigências para a emissão de licenciamento, em resposta o Memorando 6.118/2022, esclarece que tal previsão visa respeitar os critérios já estabelecidos em legislações sanitárias vigentes.

“[...] uma vez que a proposta supracitada vem se somar ao preconizado na legislação sanitária vigente no que se refere a oferta para o consumo de alimentos seguros. Destaca-se que não estaremos aqui discorrendo sobre "nova exigências, uma vez que a Lei nº 2.463/2005 já contemplava no§ 2º do seu artigo 14º, tal solicitação.

Importante ressaltar que ao realizar o curso, o manipulador terá a oportunidade de conhecer as formas seguras de preparar os alimentos, bem como, ter conhecimento sobre medida preventivas e redução de risco por DTA (Doença Transmitida por Alimento), como por exemplo, podemos destacar: controle na contaminação dos alimentos, Manipulador (higiene pessoa e hábitos higiênicos) higiene do ambiente de manipulação, cuidado e com a água e com o manuseio correto do Lixo, controle de vetores e pragas, etapas da manipulação dos alimentos, fluxo e produção, temperatura (máxima e mínima) de conservação do alimento, POP (Procedimento Operacional Padrão), etc”.

Ainda, na manifestação técnica foi esclarecido que tal exigência para concessão de licença tem o objetivo de conscientizar o manipulador de alimentos que boas práticas englobam várias regras de higiene que necessitam ser seguidas, objetivando a oferta de alimento seguro para a população e evitando a propagação de doenças provocadas pelo consumo de alimentos contaminados.

II - TÉCNICA LEGISLATIVA

A matéria em tela está de acordo com os moldes e técnicas legislativas, conforme prevê a Lei Complementar nº 95/1998, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, o Projeto em tela esta de acordo com a referida norma.





CÂMARA MUNICIPAL DE
PATO BRANCO

III - VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, e após a análise de todos os documentos anexados a este Projeto de Lei nº 52/2022, opto por exarar **parecer FAVORÁVEL** a regular tramitação e aprovação deste Projeto.

Pato Branco, 12 de julho de 2022.

IV - CONCLUSÃO

Os membros da Comissão de Justiça e Redação, conforme dispõe o inciso I do art. 51 do Regimento Interno, exaram **parecer FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 52/2022.

Pato Branco, 12 de julho de 2022.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1523



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / vereadorromulo@patobranco.pr.leg.br

